



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



Índice

Índice	2
1 - Introdução	3
2 - Análise Orçamental	6
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas	6
2.2 - Execuções orçamentais.....	7
3 - Despesas com o pessoal.....	10
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	11
4.1 - Balanço	11
4.2 – Demonstração de resultados	14
5 – Situação Financeira.....	18
5.1 – Análise de Rácios.....	20
5.2 – Endividamento	21
5.3 – Lei dos compromissos	23
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	25



1 - Introdução

Foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2013, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 2/2007, de 15/01 - Lei das Finanças Locais (LFL).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O ano de 2013 à semelhança dos anos anteriores, foi um ano onde prevaleceu uma política de austeridade a nível nacional, que por sua vez teve consequências na atividade das autarquias locais. Parte dessa austeridade impôs novas condicionantes à atividade dos municípios nos últimos anos, desde os cortes nos fundos estatais, à publicação Lei dos Compromissos, aos cortes nos vencimentos dos funcionários públicos, aos aumentos dos impostos, etc., o que influenciou as contas do Município, como iremos analisar em



detalhe mais à frente neste relatório.

A situação de desequilíbrio financeiro estrutural decretada pela Assembleia Municipal em 2012 nos termos da Lei das Finanças Locais também veio condicionar a atividade do Município de Celorico da Beira, que se vê obrigada a cumprir com o estipulado no plano de reequilíbrio, para além de todas as condicionantes legais impostas por essa mesma situação, para além da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). **À data da elaboração deste relatório, o Município ainda se encontra a aguardar o visto do Tribunal de Contas para os financiamentos previstos no plano de reequilíbrio. O atraso na obtenção do visto prende-se com os sucessivos esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas, estando o Município a fornecer todos os elementos necessários para a obtenção dos vistos.**

Apesar de todas as dificuldades atrás mencionadas, em 2013 o Município de Celorico da Beira, conseguiu concluir diversos investimentos em infraestruturas, suportados em apoios comunitários de acordo com diversas candidaturas aprovadas. Dentro dos investimentos realizados destacam-se os seguintes:

- Pista de pesca da Ratoeira
- Alteração do Mercado Municipal
- Posto de Turismo de Linhares da Beira
- Beneficiação de cinco caminhos agrícolas
- Parque Industrial da A25
- Início das obras de beneficiação da EN 16



Deve-se salientar também que diversos eventos realizados em 2013 também foram co-financiados por fundos europeus, tais como a Feira do Queijo e o Festival de Parapente em Linhares da Beira.

É importante referir também que no final de 2013 o Município foi alvo de uma inspeção ordinária por parte da Inspeção Geral de Finanças, que visou a situação do Município face ao endividamento líquido entre 2010 e 2012, de acordo o estipulado na Lei das Finanças Locais, estando o Município à presente data a aguardar o relatório dessa inspeção.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram no ano de 2013. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual. Sempre que for necessário serão apresentados quadros e gráficos de modo a simplificar a análise.



2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas no mapa de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	6.119.861	6.693.303	6.435.777	6.006.408	7.083.083
Despesas Correntes	6.783.547	9.501.616	7.379.987	7.113.950	6.832.605
	-663.686	-2.808.313	-944.210	-1.107.542	250.479

	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas de Capital	3.667.455	7.311.646	2.750.782	4.253.407	2.553.148
Despesas de Capital	3.011.914	4.479.215	1.865.220	3.255.933	2.800.462
	655.542	2.832.431	885.562	997.473	-247.314

Em 2013, pela primeira vez desde a implementação do POCAL em 2002, o Município obteve mais receitas correntes, do que as despesas correntes, cumprindo pela primeira vez o princípio de equilíbrio orçamental previsto no POCAL. Nos anos anteriores, o Município tinha poucas fontes de receitas próprias mas mantinha uma elevada estrutura de custos, o que gerava o desequilíbrio orçamental corrente. Para 2013 o Orçamento de Estado alterou a distribuição entre os fundos correntes e de capital, aumentando o montante de FEF corrente a distribuir pelos Municípios em detrimento do FEF de capital, o que gerou um aumento de receitas correntes, permitindo assim ao Município ultrapassar o desequilíbrio corrente. Deve-se salientar também que o aumento



das receitas de IMI e a introdução da derrama, levaram a um aumento das receitas próprias correntes em cerca de 275.000€ face ao ano anterior, o que também contribuiu para o equilíbrio orçamental das despesas correntes. O aumento das receitas de IMI tiveram origem na avaliação geral realizada pela Autoridade Tributária em 2012, e a introdução da derrama resulta da imposição da situação de desequilíbrio financeiro estrutural, declarada pela Assembleia Municipal em 2012 conforme o disposto no Decreto-Lei nº 38/2008 de 7 de março.

2.2 - Execuções orçamentais

	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	47,03%	43,79%	47,25%	43,85%	94,78%
Receitas de Capital	25,84%	73,18%	32,16%	45,38%	9,58%
Total Geral	35,93%	55,42%	42,25%	45,20%	28,24%

	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas Correntes	47,50%	62,26%	52,71%	50,98%	42,73%
Despesa de Capital	23,41%	44,83%	21,81%	34,73%	15,30%
Total Geral	36,08%	55,36%	40,99%	44,45%	28,09%

	2009	2010	2011	2012	2013
Execução do PPI	26,99%	38,93%	45,00%	44,16%	67,13%

As percentagens das execuções orçamentais em 2013 foram muito inferiores às execuções dos anos anteriores, devido ao facto do Município ter orçamentado através de alterações ao orçamento de 2013, as despesas e receitas associadas aos financiamentos de reequilíbrio financeiro e do PAEL,



de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, mas que não foram executadas nesse mesmo ano devido à não obtenção do visto do Tribunal de Contas. O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta a maior execução dos últimos anos, dado que quase todos os investimentos previstos no orçamento de 2013 eram cofinanciados por fundos comunitários aprovados, o que permitiu a sua elevada execução.

A nível da receita foram previstos 23.803.591,43€ de receitas de capital relativos a empréstimos a obter que não foram recebidos em 2013, o que levou a uma baixa execução das receitas de capital. Deve-se no entanto salientar a execução das receitas correntes em quase 95%, sinal do rigor imposto na elaboração e execução do orçamento de 2013.

No que diz respeito às despesas, houve diversos encargos correntes e de capital, associados ao reequilíbrio financeiro e ao PAEL que tiveram de ser orçamentados, cabimentados e comprometidos conforme o exigido pelo Tribunal de contas e que não foram pagas em 2013, dado não se ter obtido os financiamentos. Teve que se cabimentar toda a despesa com os empréstimos em dívida a incluir nos processos de reequilíbrio financeiro e PAEL que totalizava cerca de 8.690.000€ em capital e cerca de 504.000€ em juros, cabimentou-se a despesa que visa cobrir a dívida da EMCEL de 1.300.000€, também se registou a totalidade da dívida de capital e juros associados à cessão de créditos da construção da variante em cerca de 3.774.000€.



Se forem excluídos dos cálculos das execuções orçamentais os valores atrás mencionados relacionados com o PAEL e reequilíbrio, teríamos as seguintes execuções orçamentais:

Receitas orçamentadas	PAEL/Reequilíbrio	Receita corrigida	Receita cobrada	Execução
7.463.113,69	0,00	7.463.113,69	7.073.716,36	94,78%
26.639.910,43	23.803.591,43	2.836.319,00	2.553.148,46	90,02%
34.103.024,12	23.803.591,43	10.299.432,69	9.626.864,82	93,47%

Despesas orçamentadas	PAEL/Reequilíbrio	Despesa corrigida	Despesa paga	Execução
15.991.184,36	2.695.485,52	13.295.698,84	6.832.604,79	51,39%
18.307.974,85	11.572.607,87	6.735.366,98	2.800.462,23	41,58%
34.299.159,21	14.268.093,39	20.031.065,82	9.633.067,02	48,09%

As execuções corrigidas da receita revelam a real execução da receita em 2013, e a nível de despesa obtemos valores mais aproximados aos verificados em anos anteriores. A execução da despesa apresenta um valor próximo dos 50% devido à elevada dívida existente que tem de ser orçamentada, e que só poderá ser executada na sua quase totalidade com os financiamentos do PAEL e reequilíbrio financeiro.



3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os valores de 2013 são os seguintes:

	2012	2013	Diferença
Remunerações	2.694.578,79	2.662.748,18	-31.830,61
Encargos Sociais	555.261,65	727.236,29	171.974,64
	3.249.840,44	3.389.984,47	140.144,03

A nível de remunerações não houve grande diferença entre 2012 e 2013, visto que apesar de o número de funcionários ter diminuído, cumprindo-se assim o estipulado no orçamento de Estado para 2013 que previa uma redução de pelo menos 2% no número de trabalhadores, a reposição de um dos subsídios de férias veio anular essa poupança em vencimentos. No que diz respeito aos encargos sociais, o aumento nos encargos da entidade de 15% para 20% na CGA e de 22,30% para 23,75% na Segurança Social, teve reflexo nos aumentos dos custos com o pessoal em 2013 relativamente a 2012.

É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu mensalmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.



4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 - Imobilizado

	2009	2010	2011	2012	2013	2013-2012
Imob. Domínio Público	24.338.332	24.390.980	24.470.139	24.900.535	25.325.811	425.277
Imob. Corpóreo	16.279.867	15.753.696	16.866.783	16.539.066	19.918.732	3.379.666
	40.618.199	40.144.675	41.336.922	41.439.601	45.244.544	3.804.942

Da análise desta classe do balanço verifica-se um grande aumento do património da Autarquia comparativamente ao ano anterior. Para além dos aumentos do património associados aos investimentos mencionados na introdução deste relatório, a reavaliação geral realizada pela Autoridade Tributária entre 2012 e 2013 fez com que os valores dos imóveis do Município fossem valorizados em 3.600.335,83€. Estes novos valores foram refletidos nas contas do Município conforme o estipulado no POCAL para estas situações. É de salientar também que os bens de imobilizado são depreciados anualmente de acordo com as regras contabilísticas vigentes.



- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2013 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em anos posteriores, como por exemplo os impostos municipais. No que diz respeito a comparticipações de candidaturas apresentadas, os valores a receber foram contabilizados na conta “26829 – Comparticipações por receber”.

- Conta 51 – Património

Esta conta foi movimentada em contrapartida das contas de imobilizado, tendo em conta a valorização dos imóveis do Município, resultado da avaliação geral da Autoridade Tributária, tal como foi mencionado anteriormente.

- Conta 59 – Resultados transitados

O resultado negativo desta conta em 2013 foi diminuído devido à aplicação dos resultados líquidos positivos de 2012 no valor de 291.850,92€.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:



	2009	2010	2011	2012	2013	2013-2012
Dívidas a 3ºs de Curto Prazo	10.831.277	9.303.372	15.317.380	15.127.691	15.903.296	775.605
Dívidas a 3ºs de MLP	10.255.822	13.364.484	9.481.659	7.787.430	5.988.547	-1.798.883
	21.087.099	22.667.856	24.799.039	22.915.121	21.891.843	-1.023.279

No que diz respeito às dívidas a terceiros, o ano de 2013 foi um ano de expectativa em relação à conclusão do processo de adesão ao PAEL, pelo que o montante de dívidas antigas manteve-se quase inalterado, visto que estavam incluídas nas listagens anexas ao plano de reequilíbrio financeiro, cujo financiamento estava previsto após a obtenção do visto do Tribunal de Contas. Mesmo assim, o Município liquidou algumas dívidas mais antigas que foram alvo de processos judiciais, de modo a evitar mais encargos. As dívidas de 2013 foram na sua maioria liquidadas em 90 dias, à exceção da faturação relacionada com o fornecimento de água e serviços de saneamento, devido a um contencioso com a empresa “Águas do Zêzere e Côa SA”, cuja faturação tem sido devolvida ao fornecedor, apesar da mesma estar contabilizada no Município como em conferência. Assim, registou-se efetivamente uma contenção da dívida a fornecedores, sendo que a maior parte da redução resultou da amortização da dívida bancária, e do pagamento de dívidas excluídas do PAEL. O aumento da dívida de curto prazo prende-se com o facto de se ter considerado a dívida de médio e longo prazo a pagar no ano de 2014, como dívida de curto prazo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, bem como pelo facto de não se ter liquidado a faturação de água e saneamento conforme o referido anteriormente.



- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2013 e que apenas serão pagos em 2014, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal, etc..

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.

4.2 – Demonstração de resultados

- Conta 67 - Provisões do exercício

Esta conta reflete a criação de provisões para riscos e encargos, resultantes de alguns processos judiciais em curso.



- Conta 69 – Custo e perdas extraordinárias

Aqui estão incluídos os encargos e faturas de anos anteriores mas que só foram contabilizadas em 2013, restituições e diversas regularizações.

- Conta 71 – Vendas e prestações de serviços

Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança de água e saneamento aos munícipes.

- Conta 72 – Impostos e taxas

As receitas com o IMI, IMT, IUC, taxas e pela primeira vez a derrama, são contabilizadas nesta conta. Também são contabilizados impostos indiretos e acertos de reembolsos, restituições e anulações. O quadro seguinte demonstra a evolução das receitas mais relevantes contabilizadas nesta conta nos últimos anos:

	2009	2010	2011	2012	2013
IMI	535.712	503.893	555.962	625.000	785.000
IUC	92.953	121.187	130.258	130.792	165.319
IMT	84.358	132.050	71.600	93.169	51.950
Derrama	0	0	0	0	111.369
Taxas	168.427	272.678	502.230	471.635	500.339
	881.449	1.029.808	1.260.050	1.320.597	1.613.976

Estes valores divergem dos constantes nas execuções orçamentais por causa das especializações das receitas ao respetivo ano.



- Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP.

- Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos custos dos trabalhos para a própria entidade que devem ser refletidos no património do Município, que em 2013 foram valorizados em 38.291,76€. Estes montantes foram calculados de acordo com os custos apurados de mão-de-obra, gastos de viaturas e outros custos, que se encontram refletidos na conta 75 da demonstração de resultados e no imobilizado do balanço. As obras contabilizadas foram as seguintes:

Biblioteca Municipal	1.106,11
Requalificação do Edifício do Posto de Turismo – São Pedro	8.927,27
Pista de Pesca – Ratoeira	578,91
Requalificação da Rotunda EN17 – São Pedro	320,17
Beneficiação da EN16 – Limite do concelho	1.784,91
Reabilitação da EB1 de Cortiço da Serra	310,24
Calçamento da Rua do Caminho Novo – Carrapichana	1.400,03
Reabilitação da EB1 das Quintãs de Cima – Linhares	5.263,20
Posto de Turismo de Linhares da Beira	1.113,60
Loteamento das Ingotas – Celorico Gare	1.266,10
Infra-Est. e Electrificação da Rua Luís Vaz de Camões – São Pedro	10.594,42
Beneficiação de cinco Caminhos Agrícolas no Concelho	898,50
Parque Industrial da A25	4.728,30
	38.291,76



- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, bem como a especialização e acertos das receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios.

- Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município registaram um valor positivo de 497.914,84€, valor esse que teve origem essencialmente na redução de custos com encargos financeiros, subsídios concedidos e custos com despesas de anos anteriores, mas também teve origem no aumento das receitas provenientes da cobrança dos impostos municipais (IMI, IMT, IUC e derrama), taxas e subsídios obtidos do Estado e dos fundos comunitários. O resultado de 2013 representa uma aumento em 188.063,92€ face ao resultado do ano anterior.



5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município é de desequilíbrio financeiro estrutural conforme o definido na Lei das Finanças Locais. Apesar dessa situação de desequilíbrio financeiro, dos cortes nos fundos estatais que em 2013 foram de 149.478€ face a 2012, do aumento dos encargos sociais com os trabalhadores e apesar da austeridade em geral, o Município de Celorico da Beira tem conseguido reduzir a dívida e dar cumprimento às exigências impostas pela Lei dos Compromissos no que diz respeito aos pagamentos em noventa dias. O Município tem também conseguido realizar investimentos estruturantes com o recurso a fundos comunitários, de onde se destacam a requalificação da rede viária do concelho e a criação de condições para a instalação de novas empresas em Celorico da Beira, bem como a manutenção de infraestruturas já existentes. O atraso na aprovação dos financiamentos associados ao PAEL e reequilíbrio financeiro condicionou a redução dos pagamentos em atraso exigidos pela Lei dos Compromissos, para além da situação da faturação relativa ao fornecimento de água e serviços de saneamento, que impediram uma redução maior do endividamento líquido apesar da redução das dívidas a terceiros verificada no balanço. A situação de desequilíbrio financeiro estrutural em conjunto com a adesão ao PAEL impôs diversas condições que condicionam a atividade do Município, nomeadamente o cumprimento rigoroso dos objetivos estipulados no plano a nível de elaboração e execução orçamental, bem como a maximização das receitas provenientes de taxas e impostos cobrados aos Munícipes. O próprio Orçamento de Estado impõe



várias condicionantes nomeadamente a nível das transferências estatais, nas despesas com pessoal e endividamento das autarquias, pelo que diversos critérios utilizados análise da situação financeira dos Municípios variam de ano para ano principalmente a nível do endividamento líquido, o que nem sempre permite uma avaliação uniforme da situação financeira.

Apesar de todas as condicionantes mencionadas anteriormente, o Município encontra-se no caminho da recuperação financeira, tendo reduzido o endividamento à semelhança do ano anterior, devendo ser também esse o objetivo principal nos próximos anos, pelo que será imperativo a aprovação do PAEL junto do Tribunal de Contas, bem como o rigoroso cumprimento do estipulado no plano de reequilíbrio financeiro. De acordo com os dados da DGAL, no 4º trimestre de 2013 o Município apresentava um prazo médio de pagamentos de 370 dias, quando no final de 2012 era de 511 dias, o que revela uma clara melhoria nas contas do Município. A nova Lei das Finanças Locais que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014 irá trazer várias alterações em relação ao que estava em vigor desde 2007, nomeadamente a nível de distribuição dos fundos estatais pelas autarquias e a nível do cálculo do endividamento, o que terá repercussões na gestão financeira do Município nos próximos anos, pelo que se deverão fazer as eventuais adaptações necessárias à nova lei, para além das que estão a decorrer no âmbito da lei dos Compromissos.



5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

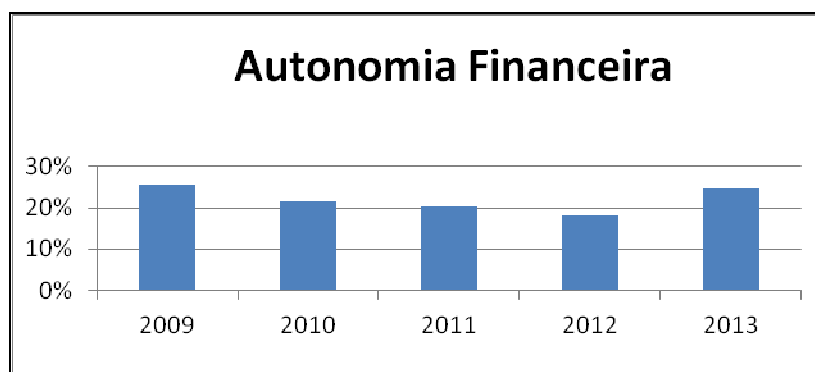
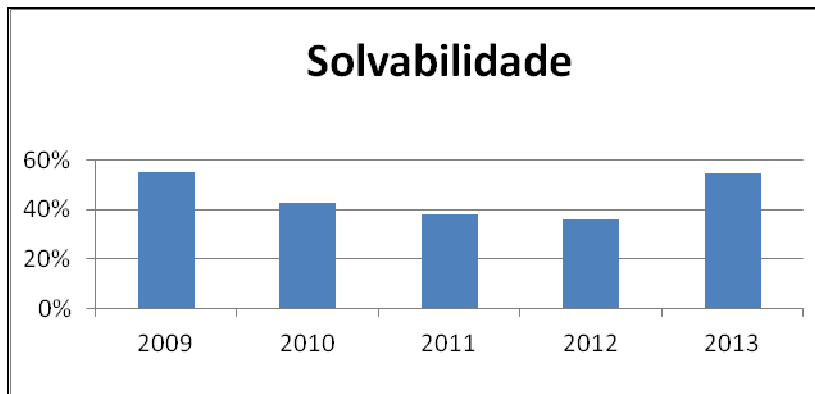
	2009	2010	2011	2012	2013
1 Solvabilidade (FP/P)	55%	43%	38%	36%	55%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	26%	22%	20%	18%	25%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	20,30%	23,12%	17,71%	13,53%	12,73%

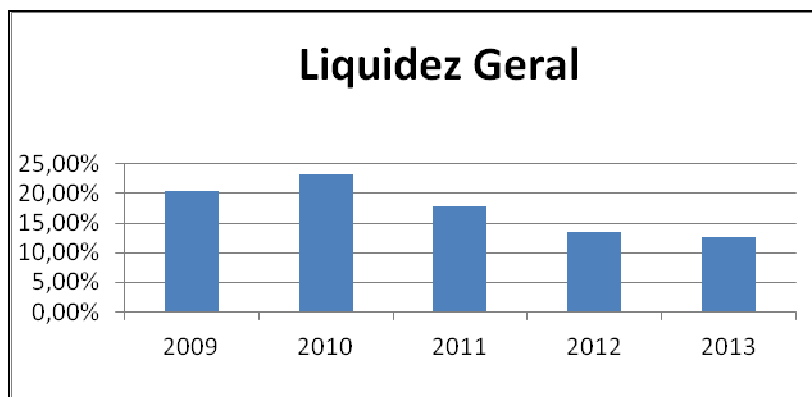
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

Gráficos:





Os valores de 2013 dos rácios apresentam um ligeiro acréscimo face ao ano anterior na solvabilidade e autonomia financeira devido às valorizações patrimoniais no ativo e capital próprio da autarquia, bem como devido à diminuição do passivo em cerca de um milhão de euros face ao ano anterior. A liquidez geral apresenta um ligeiro decréscimo devido ao aumento do passivo de curto prazo, conforme o analisado anteriormente neste relatório.

5.2 – Endividamento

Em termos de endividamento líquido a evolução do mesmo é demonstrada no quadro seguinte:

	2009	2010	2011	2012	2013
Limite Endiv. Líquido	7.921.863	8.320.350	15.120.641	15.589.274	7.499.568
Endividamento Líquido	14.892.071	17.607.683	18.464.587	17.699.543	17.027.485
Excesso	6.970.208	9.287.333	3.343.946	2.110.269	9.527.917

Excesso a 01-01-2013	Excesso a 31-12-2013	Redução
10.199.974	9.527.917	6,59%



De acordo com os valores obtidos à data da elaboração deste relatório junto da DGAL, em 2013 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 6,59% face aos limites previstos. Esta redução ficou aquém dos 10% estipulados pela Lei das Finanças, sendo que seria necessária uma redução adicional ao endividamento em pelo menos 347.940,37€, conforme os valores apresentados nos quadros anteriores. **Deve-se salientar no entanto, que o Município tem dívida de registada da empresa “Águas do Zêzere & Côa SA” de 2013 no valor de 709.355.28€, cuja faturação tem sido devolvida, tendo em conta os processos judiciais interpostos pelos municípios à empresa, mas que foi contabilizada como faturação em conferência por uma questão de prudência. Caso estas faturas não tivessem sido registadas, o Município teria conseguido efetuar a redução do excesso de endividamento líquido.** Apesar da redução em cerca de um milhão de euros nas dívidas a terceiros já demonstrada na análise ao balanço, o valor revela-se insuficiente de acordo com os métodos de cálculo do endividamento líquido, visto que a redução necessária está dependente do limite de endividamento, que por sua vez está dependente das receitas de impostos e fundos estatais obtidos no ano anterior. Apesar do aumento das receitas com impostos municipais nos últimos anos, os cortes sucessivos nos fundos transferidos para os municípios têm uma clara influência no cálculo dos limites de endividamento, o que prejudicou o Município em 2013.

Da análise dos quadros anteriores nota-se que os valores dos limites tiveram uma grande variação entre 2011 e 2012, visto que nesses anos os



limites não eram calculados de acordo com o estipulado na Lei da Finanças Locais, mas sim de acordo com o estipulado nos respetivos Orçamentos de Estado. No caso do Município de Celorico da Beira os limites foram bastante elevados, o que resultou num excesso de endividamento muito inferior em relação aos anos anteriores, o que permitiu cumprir com a redução de 10% dos excessos. Em 2013, o estipulado no Orçamento de Estado remeteu novamente o Município para os limites estipulados na Lei das Finanças Locais, o que levou a um novo incumprimento da redução obrigatória. As sucessivas alterações de critérios em conjunto com as medidas de austeridade impostas nos orçamentos de estado, influenciaram o incumprimento verificado em 2013, visto que com os limites de anos anteriores, a redução obrigatória teria sido cumprida.

5.3 – Lei dos compromissos

No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, o Município tem tentado cumprir com os pagamentos em 90 dias, tem implementado procedimentos para se evitarem despesas sem compromisso prévio, tem contabilizado os compromissos plurianuais sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal e tem controlado os fundos disponíveis, mas no que diz respeito à redução dos pagamentos em atraso, o Município está dependente da aprovação dos financiamentos relativos PAEL e reequilíbrio financeiro, visto que só com o recurso a esses empréstimos é que o Município poderá liquidar toda a dívida em atraso. De qualquer modo, a



aplicação da Lei dos Compromissos obrigou a melhorias nos procedimentos internos especialmente a nível da realização de despesas e na contenção e redução da dívida, devendo também a norma de controlo interno do Município ser atualizada de acordo com a lei em vigor.



6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício, foi positivo no valor de 497.914,84€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, em 2014 deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

O Presidente da Câmara

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)